

Retirada de gigogas da Barra da Tijuca deve terminar nesta quinta

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb) removeu até o final da tarde desta quarta-feira (11), mais de 301 toneladas de gigogas das areias da praia da Barra da Tijuca, na zona oeste da cidade, terminando praticamente com o recolhimento das plantas da areia.

As gigogas se desprenderam de uma eco-barreira de contenção na Lagoa da Tijuca, na última sexta-feira (6) e foram levadas através do quebra-mar da Barra da Tijuca, entrada para o mar aberto para uma grande extensão da orla.

As gigogas são plantas aquáticas que se desenvolvem no meio ambiente contaminado. São conhecidas por despoluir as águas, já que suas raízes filtram a matéria orgânica. Elas também auxiliam na alimentação e reprodução de diversas espécies aquáticas. Suas raízes são utilizadas como alimento, proteção para pequenos peixes e servem como locais de desova.

De acordo com a Comlurb, o serviço de remoção das gigogas continua, mas a quantidade de plantas chegando à praia está bem reduzida, com previsão de término até a manhã desta quinta-feira (12). (Agência Brasil)

CNJ: 1,4 mil pessoas estão presas por ataques em Brasília

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou hoje (11) que 1.418 pessoas estão presas pelos atos terroristas realizados em Brasília, no domingo (8). Elas já foram encaminhadas para o presídio da Papuda e à penitenciária feminina da Colmeia. O órgão é responsável pela centralização das informações sobre os detidos.

Do total de presos, 222 foram detidos na Praça dos Três Poderes e 1.196 estavam no acampamento montado no quartel do Exército.

Por questões humanitárias, 599 pessoas foram liberadas sem a necessidade de prestar depoimento, entre elas, idosos, pessoas em situação de rua, com problemas de saúde e mães acompanhadas de crianças.

Segundo o CNJ, as audiências de custódia dos presos devem durar até o próximo domingo (15).

O Supremo Tribunal Federal (STF) criou uma força-tarefa para realizar as audiências, que serão feitas por juízes federais e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e remetidas ao ministro Alexandre de Moraes, a quem caberá decidir sobre a manutenção das prisões.

Mais cedo, a Defensoria Pública da União (DPU) defendeu a libertação de pessoas hipervulneráveis e a substituição da prisão por medidas cautelares, como proibição de saída dos estados de origem, de frequentar quartéis e unidades militares, de utilizar redes sociais e de manter contato com outros manifestantes que não sejam parentes. (Agência Brasil)

Estádio Mané Garrincha receberá Supercopa do Brasil

Título será disputado no dia 28 de janeiro entre Palmeiras e Flamengo



AGÊNCIA BRASIL

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) anunciou, na tarde desta quarta-feira (11), que a final da Supercopa do Brasil entre Palmeiras e Flamengo será disputada no estádio Mané Garrincha, em Brasília.

A decisão, que envolve o Rubro-Negro (campeão do

Brasileiro) e o Verdão (vencedor da Copa do Brasil), será disputada a partir das 16h30 (horário de Brasília) do dia 28 de janeiro. A partida havia sido marcada inicialmente para o dia 29 de janeiro, a partir das 16h, mas a mudança foi realizada a pedido da administração do estádio.

A Supercopa do Brasil, competição que marca o iní-

cio da temporada do futebol brasileiro em âmbito nacional, voltou a ser disputada em 2020. Assim como neste ano, o Flamengo esteve presente em todas as edições anteriores, vencendo em 2020 e em 2021. Em 2022 o campeão foi o Atlético-MG. Já o Palmeiras disputa o título pela segunda vez, após o vice no ano de 2020.

Ministra diz que Brasil do futuro precisa responder dívidas do passado

AGÊNCIA BRASIL

A jornalista e ativista Anielle Franco assumiu o cargo de ministra da Igualdade Racial nesta quarta-feira (11), no Palácio do Planalto, em Brasília, em uma solenidade que também marcou a chegada de Sônia Guajajara à frente do Ministério dos Povos Indígenas.

Em um longo discurso, no qual fez um balanço crítico das marcas do racismo na sociedade brasileira, Anielle Franco chamou a atenção para a necessidade de fortalecer políticas de reparação da dívida histórica do país com o povo negro.

"Não podemos mais ignorar ou subestimar o fato de que a raça e a etnia são determinantes para a desigualdade de oportunidades no Brasil em todos os âmbitos da vida. Pessoas negras estão sub-representadas nos espaços de poder e, em contrapartida, somos as que mais estamos nos espaços de estigmatização e vulnerabilidade", afirmou.

Apesar de a maioria da população brasileira se autodeclarar negra, Anielle Franco disse que "é possível observar que os brancos ocupam a maior parte dos cargos gerenciais, dos empregos formais e dos cargos eletivos", acrescentando que, por outro lado, a população negra está no topo dos índices de desemprego, subemprego e de

ocupações informais, além de receber os menores salários.

A nova ministra cobrou o envolvimento dos não negros na superação das desigualdades. "O Brasil do futuro precisa responder às dívidas do passado. E é por isso que em um governo de reconstrução nós gostaríamos também de falar com os não negros. O enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial é um dever de todos nós", disse.

Propostas

A nova ministra da Igualdade Racial disse que, nos próximos 4 anos, vai trabalhar para fortalecer a Lei de Cotas e ampliar a presença de jovens negros e pobres nas universidades públicas.

Também disse que buscará aumentar a visibilidade e a presença de servidores negros e negras em cargos de tomada de decisão da administração pública. Ela adiantou que a pasta ainda deve relançar o plano Juventude Negra Viva, que promoverá ações que visem a redução da letalidade contra a juventude negra brasileira e a ampliação de oportunidades para jovens brasileiros.

Anielle Franco também mencionou o fortalecimento da política nacional de saúde integral da população negra, e a necessidade garantir direitos de comunidades quilom-

bolas e ciganas.

As cerimônias assunção de cargos de Anielle Franco e Sônia Guajajara, que seriam realizadas separadamente, tiveram que ser remarçadas em uma só solenidade após os atos golpistas do domingo (8), que destruíram os prédios da República, incluindo a depreciação do Palácio do Planalto.

Desta vez, a assunção ministerial contou com a presença do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não acompanhou as de outros auxiliares a longo da semana passada. Ele estava acompanhado da esposa, Janja da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e ministros.

Lula sanciona lei que equipara crime de injúria racial ao racismo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quarta-feira (11) uma lei aprovada pelo Congresso Nacional que equipara o crime de injúria racial ao de racismo e amplia as penas. A solenidade de sanção ocorreu durante a cerimônia fr posse, no Palácio do Planalto, das ministras Sônia Guajajara (Ministério dos Povos Indígenas) e Anielle Franco (Ministério da Igualdade Racial).

Agora, a injúria racial pode ser punida com reclusão de 2 a 5 anos. Antes, a pena era de 1 a 3 anos. A pena será dobrada se o crime for cometido por duas ou mais pessoas. Também haverá aumento da pena se o crime de injúria racial for praticado em eventos esportivos ou culturais e para finalidade humorística.

A nova legislação se alinha ao entendimento do Supremo Tribunal Federal que, em outubro do ano passado, equiparou a injúria racial ao racismo e, por isso, tornou a injúria, assim como o racismo, um crime inafiançável e imprescritível.

A injúria racial é a ofensa a alguém, um indivíduo, em razão da raça, cor, etnia ou origem. E o racismo é quando uma discriminação atinge toda uma coletividade ao, por exemplo, impedir que uma pessoa negra assuma uma função, emprego ou entre em um estabelecimento por causa da cor da pele. (Agência Brasil)

Suzane Von Richthofen deixa prisão e vai cumprir pena em regime aberto

Na tarde desta quarta-feira (11), às 17h35, a detenta Suzane Louise Von Richthofen, condenada pelo assassinato dos pais, deixou a prisão após a Justiça conceder progressão de pena para o regime aberto. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária, do governo estadual, Suzane estava na Penitenciária Feminina I Santa Maria Eufrásia Pelletier, em Tremembé. Ela estava em regime semiaberto desde 2015.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) informou que a decisão foi da 2ª Vara de Execuções Criminais de Taubaté em cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Lei de Execução Penal. O caso corre sob segredo de Justiça. (Agência Brasil)

AMPLA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.
CNPJ/MF Nº. 18.292.420/0001-54
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

A Diretoria Executiva da **AMPLA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** os Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em sua sede social, sito à Avenida Deputado Jamel Cecílio, Quadra B-27, Lote 17, Número 2.929, sala 2.102, 21º andar, Edifício Brookfield Towers, Jardim Goiás, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.810-100, no próximo dia 25 de janeiro de 2023, às 17:00 horas em primeira convocação com a presença de dois terços dos acionistas e às 17:30 horas em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes, para deliberarem a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA: (i) Lavratura da Ata na forma de Sumário; (ii) Apresentação e Aprovação das Contas do Ano de 2022; (iii) Apresentação e Aprovação das Demonstrações Financeiras/ Contábeis do Exercício de 2022; (iv) Apresentação e Aprovação do Planejamento Financeiro para o Exercício do Ano de 2023; (v) Integralização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC'S ao Capital Social; (vi) Inadimplência e Dilação de Acionistas; (vii) Outros assuntos relevantes. Goiânia, 10 de janeiro de 2023.

DIRETORIA EXECUTIVA
Antonio Fernando de Oliveira Maia
Cícilio Ferreira da Fonseca

Jornal Diário da Manhã

PUBLICIDADE LEGAL

Editais

Balanços

Comunicados

Convocações

Prestação de Contas